



Jovens de territórios quilombolas e periféricos: vivências das desigualdades sociais

Young people from quilombola and peripheral territories: experiences of social inequalities

Roseane Amorim da Silva (orcid.org/0000-0002-5217-8834)¹

Jaileila de Araújo Menezes (orcid.org/0000-0003-3322-3764)²

Resumo

No presente estudo abordamos algumas questões referentes às juventudes de diferentes territórios: quilombolas e periferia urbana. Lugares que acessam, práticas de lazer, dificuldades enfrentadas, entre outras questões. Consideramos importante refletir sobre os territórios em que as juventudes se constituem, pois a vida acontece em situações concretas, peculiares, e as condições territoriais têm um papel importante no modo de vida dos/as jovens. A pesquisa foi realizada nos territórios mencionados e foi desenvolvida em três momentos: no primeiro, realizamos observação participante; no segundo, oficinas; e, no terceiro, entrevistas semiestruturadas. Os dados construídos foram analisados a partir de uma análise temática, considerando a interseccionalidade dos marcadores sociais. Compreendemos que o território é constituído por gênero, classe, raça, etnia, entre outros. Tanto no quilombo quanto na periferia, percebemos, por meio dos discursos dos/as jovens, que as relações estão fragilizadas devido aos entraves existentes na organização política; à precariedade dos serviços de saúde e educação; às atividades de lazer escassas; à falta de segurança, o que faz com que os/as jovens tenham receio de sair de casa em alguns horários, entre outras questões.

Palavras-chave: Território. Jovens. Processos de subjetivação. Desigualdades sociais.

Abstract

This study addressed some issues related to young people from different territories: quilombos and the urban periphery—places they frequent, leisure practices, difficulties they face, among other issues. Reflecting on the territories in which young people live is important, since life happens in concrete, peculiar situations and territorial conditions play an essential role in their way of life. The study was carried out in both aforementioned territories in three stages: 1) participant observation; 2) workshops; and 3) semi-structured interviews. The data collected were analyzed using a thematic analysis, considering the intersectionality of social markers, that is, which territory is

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, Brasil. E-mail: roseaneamorims@gmail.com.

² Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. E-mail: leilaufrj@hotmail.com.

constituted by gender, class, race / ethnicity and others. Both in the quilombo and in the periphery, young people's reports showed that relationships are weakened due to the obstacles that exist in political organization; the precariousness of health and education services; the scarcity of leisure activities; the lack of security, which makes young afraid to leave the house at certain times, among other issues.

Keywords: territory; young; subjectification processes; social differences.

Esse artigo faz parte da pesquisa realizada para a construção da tese de doutorado intitulada: *Desigualdades e resistências dos/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE*, defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Buscamos investigar as opressões, desigualdades e resistências entre jovens de diferentes contextos, a partir da intersecção de gênero, raça, etnia, classe, geração, sexualidade e território. Participaram jovens da periferia urbana e de comunidades quilombolas rurais de Garanhuns, município do interior de Pernambuco.

No presente artigo, abordaremos algumas questões referentes a ser jovem e morar na periferia de Garanhuns, ser um/a jovem e morar nas comunidades quilombolas. Lugares que acessam, práticas de lazer, dificuldades enfrentadas, entre outras questões. Consideramos importante refletir sobre os territórios em que as juventudes se constituem, pois a vida acontece em situações concretas, peculiares, e as condições territoriais têm um papel importante nas experiências juvenis.

Alguns estudiosos, como Milton Santos e Guattari, abordaram a noção de território pensando também em espaço. Os territórios estariam mais ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva, enquanto o espaço se ligaria às relações funcionais de toda a espécie (Guattari, 1988). A ideia de território apresenta uma proximidade evidente com a noção de subjetividade, que pode ser compreendida como a emergência de um território existencial, produzida por uma multiplicidade de dimensões, e que se individualiza por certa "fronteira", certo contorno de si mesmo (Ferreira, 2011).

É nesse sentido que tecemos reflexões sobre as experiências dos/as jovens, no quilombo e na periferia, pois acreditamos que nos processos de subjetivação, vários

elementos se fazem presentes, e os territoriais são inseparáveis das experiências que constituem os/as jovens que participaram da nossa pesquisa, a maioria negros/as, de classe social menos favorecida economicamente, moradores/as de lugares estigmatizados, com poucos recursos a oferecer, no que se refere a práticas de lazer, educação formal, saúde e trabalho.

Importante lembrarmos também a relação rural–urbano, a dicotomia existente nessa relação tem sido repensada, pois esses dois territórios estão cada vez mais em interação, e o que tem sido muito observado é que no rural o modo de vida mais próximo à natureza sofre e/ou resiste às influências do sistema econômico das sociedades, influenciando o modo vida dos sujeitos. Quando falamos no urbano, é importante nos lembrarmos de que estamos nos referindo às regiões específicas da urbe que também têm sofrido com o sistema capitalista existente.

Existem distinções em relação à noção de periferia, que, geralmente, é vista como um lugar afastado de um centro urbano, onde mora principalmente a população de baixa renda. Moreira (2016) chama atenção para a diferenciação das periferias geográficas e das sociais. Enquanto a primeira é usada como referência ao que está ao redor das centralidades, a segunda faz referência aos lugares que não têm os mesmos recursos urbanos que as demais regiões de uma cidade. Muitas vezes, a periferia social está nos arredores das cidades, nas periferias geográficas. Assim, observamos em alguns estudos que localizamos (Rosa, 2009) o que o autor mencionado ressaltou: em vários casos, ambas se encontram no mesmo lugar.

É importante lembrarmos alguns fatores para os quais Rosa (2009) chama atenção: a noção de uma periferia uniforme, ocupada por um grupo socialmente homogêneo, os pobres, marcada pela ausência de equipamentos e serviços urbanos, vem sendo sistematicamente contraposta, a começar pela concepção de periferia como “território sem Estado”. Nas duas últimas décadas, houve investimento público nas áreas periféricas, especialmente em termos de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos, o que teria sido acompanhado pela melhoria dos indicadores sociais dessas áreas.³

³ Não podemos esquecer o quanto essas áreas periféricas já estão sendo afetadas devido à atual conjuntura política do País, a exemplo da extinção do Ministério das Mulheres, bem como da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, em 2017.

Os territórios periféricos habitados, sobretudo, pela população negra e pobre foram atingidos pela pandemia do Covid-19 de modo significativo. A maioria dos/as infectados/as e mortos/as pelo coronavírus são os/as negros/as que não puderam e não podem ficar em casa em distanciamento social para se protegerem. Em reportagem na CNN (2020), Vinãs, Duran e Carvalho relataram que 40% das mortes em decorrência da covid-19 são de negros/as.

No que se refere às comunidades quilombolas, constituídas por um quantitativo considerável de negros/as, estas também foram muito afetadas pela pandemia. Há anos a população quilombola sofre diversas desigualdades, invasão de suas terras e genocídio de seus povos, e não tem sido diferente nesse período difícil que o mundo enfrenta. As comunidades são oriundas não somente de processos de fuga de escravos, mas formadas a partir de várias formas históricas, por exemplo, ocupações por escravos e ex-escravos de áreas abandonadas pela exploração econômica; ocupação de áreas doadas a famílias de ex-escravos ou mesmo compradas por estes, e posterior resistência a iniciativas de expulsão ou apropriação da terra; comunidades formadas a partir dos processos de migração de grupos de negros/as que fugiam da seca no semiárido.

Esses formatos apresentados não esgotam as possibilidades de produção identitária capaz de agregar os grupos que seriam, no presente, as comunidades quilombolas, mas dão exemplo da intensa variedade de características constitutivas dessa parte da população que foi, de forma ampla e imprecisa, nomeada na constituição de 1988 (Brandão & Jorge, 2016).

Haesbaert e Limonad (2007, p. 45) falam sobre as dimensões existentes nos territórios: política, cultural e econômica, questões importantes que observamos também nas localidades estudadas. As comunidades quilombolas são um campo de vitalidade política. Há uma organização de alguns moradores/as para a luta por direitos e pela posse das terras, os quais fazem reuniões com lideranças comunitárias e se organizam no sentido de lutar por melhorias para a comunidade. Os/as quilombolas questionam em tom de crítica: “quem são os políticos que estão interessados na causa quilombola?” E destacam a importância da cultura como uma forma de resgatar aspectos importantes da história dos/as negros/as para lutarem contra as desigualdades sociais e opressões sofridas.

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as experiências dos/as jovens em dois territórios: comunidades quilombolas rurais e periferia urbana do município de Garanhuns/PE. Buscamos conhecer o que é ser jovem homem e jovem mulher nos territórios quilombolas e na periferia, no que se refere às práticas de lazer, ao acesso à educação, à saúde, ao trabalho, e as dificuldades enfrentadas em cada uma das localidades. Para isso, fizemos uso da perspectiva da interseccionalidade dos marcadores sociais de território, gênero, classe e raça.

A interseccionalidade surgiu a partir do feminismo negro estadunidense, que se constituiu em uma perspectiva de resistência e organização, quando teóricas e militantes afrodescendentes chamaram atenção para o fato de que as especificidades das mulheres negras e das mulheres lésbicas não eram contempladas na pauta do feminismo tradicional. O feminismo negro produziu outras visões sobre a opressão e, nesse âmbito, a interseccionalidade considera que o cruzamento de categorias e/ou sistemas de opressão de gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, entre outros, produzem, de modo inter-relacionados, desigualdades e resistências (Collins, 2015; Collins & Bilge, 2020).

A seguir, abordaremos algumas questões sobre os/as jovens da periferia, de modo específico, em seguida sobre os/as quilombolas, e os (des)encontros entre os/as jovens dos diferentes territórios.

Metodologia

O público desta pesquisa foi formado por jovens de ambos os sexos, com idade na faixa etária dos 15 aos 28 anos. Participaram 16 moradores/as de duas comunidades quilombolas localizadas no município de Garanhuns/PE, Castainho e Estivas, e 20 da periferia urbana do referido município.

Os/as jovens quilombolas apresentaram nível de escolaridade incompatível com o que é esperado para a faixa etária, e isso não está desvinculado de todas as dificuldades existentes para que eles/as deem continuidade ao processo de escolarização, o preconceito e a discriminação racial, a falta de uma escola em que funcione o ensino médio nas

comunidades, a falta de transporte público para a cidade, entre outras. Alguns afirmaram que não trabalham e não estudam, mas, entre eles/as, principalmente as mulheres ajudam as famílias com as tarefas domésticas e com os cuidados com os/as irmãos/as mais novos/as. A renda mensal que apresentaram em agosto de 2017 variou de R\$ 500 a R\$ 900, ou seja, menos de um salário mínimo, que no ano da pesquisa era R\$ 937.

Os/as participantes da área urbana tinham nível de escolaridade condizente com o considerado “adequado” para cada faixa etária. Os/as jovens afirmaram ser estudantes, embora alguns, ao longo da pesquisa, tenham relatado que fazem trabalhos informais para ajudar na renda familiar, que variou de R\$ 800 a R\$ 1.000; ademais, alguns disseram fazer parte de famílias com muitos membros, sendo possível considerar um dificultador devido à situação socioeconômica dessas pessoas.

As duas comunidades quilombolas são localizadas uma próxima da outra, inclusive sem demarcação geográfica onde uma comunidade termina e a outra inicia, os/as moradores/as é que fazem a distinção de até que parte da comunidade é Castainho e onde começa Estivas. As casas dessas comunidades são de alvenaria e a fonte de renda provém da agricultura. Há vários bares, uma Unidade de Saúde, uma escola na qual funciona só o Ensino Fundamental II, o Centro da Assistência Social – CRAS Quilombo, uma igreja católica e algumas igrejas evangélicas. O primeiro contato com as comunidades ocorreu no período em que a primeira autora deste artigo estava na graduação e participou de um evento sobre os povos quilombolas. Depois desse contato, buscamos conhecer mais sobre a realidade dos/as jovens quilombolas e realizamos o trabalho de conclusão de curso, a dissertação e o doutorado com pesquisas nas referidas comunidades.

Na área urbana, participaram jovens estudantes de uma escola pública localizada na periferia de Garanhuns que recebe um quantitativo considerável de alunos residentes nas periferias da cidade. Não especificaremos onde a escola fica localizada no intuito de preservar a identidade desta. Nomeamos as comunidades e optamos pela não identificação da escola, pois alguns resultados da pesquisa construídos na Instituição podem identificar profissionais e estudantes da região.

Garanhuns é um município da mesorregião do agreste pernambucano, que dista cerca de 230 km da capital, Recife. É datado do século XVII, sendo contemporâneo das

guerrilhas dos escravos fugidos para o Quilombo, formando fazendas e sítios. Atualmente destaca-se no setor cultural com a realização de grandes eventos, como o Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), que acontece todos os anos em julho e atrai turistas de várias localidades do Brasil para a região; o Festival Viva Dominginhos, que acontecia em abril, antes da pandemia, entre outros.

A pesquisa aconteceu em três momentos. No primeiro realizamos observação participante em diferentes espaços nas comunidades com foco nas experiências que constituem as juventudes, as desigualdades e resistências. Estivemos com eles/as em diferentes espaços: escola, CRAS, Unidade de Saúde, bares, campo de futebol; e na periferia urbana realizamos observação na escola. Todas as observações e conversas realizadas com os/as moradores/as das comunidades e os/as estudantes de diferentes idades foram registradas no diário de campo, que foi analisado e serviu de base para realizarmos a segunda etapa da pesquisa, na qual aconteceram oficinas abordando diversos temas com os/as jovens quilombolas, nas comunidades e com os/as urbanos/as, na escola.

Uma das oficinas foi específica sobre a discussão de território: levamos fotografias dos bairros e de várias localidades da cidade (para o grupo urbano) e fotografias de espaços das comunidades (para os quilombolas) como recursos disparadores para as discussões nos grupos, pois consideramos que estas têm um potencial que possibilita um novo olhar em relação ao mundo físico e social sobre o qual formamos uma consciência subjetiva e cultural (Silva, Silva, Sicari, & Pereira, 2014). Discutimos o que é ser um/a jovem que habita um território quilombola, o que é ser um/a jovem da periferia, práticas de lazer, acesso a escolaridade, dificuldades enfrentadas, estratégias para resistir às desigualdades, e é sobre momentos de observação e essa oficina que abordaremos algumas questões nesse artigo.

As oficinas foram gravadas em vídeo. Analisamos o material construído nas 11 oficinas realizadas e observamos que seria importante aprofundarmos algumas questões abordadas com os jovens. Para isso, realizamos uma terceira etapa, na qual foram feitas oito entrevistas semiestruturadas, que não serão abordadas aqui. Todos os/as jovens de ambos os territórios só participaram da pesquisa após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - os/as com menos de 18 anos assinaram o Termo de

Assentimento Livre e Esclarecido (Tale); nesse caso, os/as responsáveis assinaram o TCLE para autorizar a participação dos/as participantes.

Todo o material foi analisado tendo como base a perspectiva da interseccionalidade dos marcadores sociais – gênero, geração, classe, raça/etnia, território e sexualidade (Crenshaw, 2002; Collins, 2015). Assim, observamos a interseccionalidade nos discursos dos/as jovens quilombolas e urbanos/as, a fim de compreender os efeitos produzidos por esses marcadores nas vivências dos/as jovens de ambos os territórios. Desse modo, temos o intuito de não reproduzir concepções arraigadas e, por vezes, que estigmatizam as juventudes; para isso, observamos nos discursos as expressões de poder, naquilo que resultam em desigualdades e que são hegemônicos nos grupos pesquisados; os movimentos que se apresentam contra a hegemonia e os processos de resistência dos/as jovens.

Resultados e discussões

Jovens da periferia urbana e território

Os/as jovens urbanos/as participantes do presente estudo falaram não só dos lugares que moram, mas de várias localidades por onde transitam. Na oficina sobre territórios, os/as jovens refletiram sobre seus espaços e territórios ao (re)olhar seu bairro e sua cidade, por meio das fotografias e das discussões decorrentes. Alguns jovens fizeram referência às situações de preconceito que vivenciam por morarem em determinados bairros da cidade que são estigmatizados, considerados perigosos: Cohab III, Manoel Cheú, Várzea, Buraco da Raposa foram os mais citados. Quando chegam a algum lugar e dizem que moram em uma dessas localidades, as pessoas já olham “atravessado”, porque, para certas pessoas, nesses bairros só há traficantes, assaltantes, usuários de drogas, gente “perigosa”.

Novaes (2008) também encontrou resultados similares em seus estudos com jovens pobres, os/as participantes de sua pesquisa, conscientes da existência da discriminação por endereço, quando tentavam ingressar no mercado de trabalho, encontravam estratégias para ocultar o lugar em que vivem, e para isso, utilizavam endereços de parentes que moravam em outros bairros. Vimos que essa é uma estratégia usada também pelos/as jovens participantes do nosso estudo.

Independentemente do bairro da periferia, quando falaram sobre o que é ser jovem nas localidades onde moram, fizeram referência à falta de lazer, de saúde e de educação de qualidade, relatando que a maioria da região periférica da cidade só tem escolas que ministram aulas para até o 9º ano, então eles/as precisam se deslocar para outras áreas se quiserem/puderem dar continuidade ao processo de escolarização. Percebemos também a falta de motivação em relação à escola e o desejo de conseguir algum trabalho, mesmo que seja na informalidade. Em conversa com uma jovem no período das observações, ela falou que saiu da escola porque queria trabalhar e porque a escola já não estava muito boa, pois entravam uns maloqueiros, usavam drogas lá, faziam bagunça, mas retomaria os estudar porque não conseguiu emprego (Diário de campo, 15/0/2017).

Em uma pesquisa realizada por Leão (2006), com jovens da periferia de Belo Horizonte, foi possível verificar que muitos/as jovens que estavam estudando pareciam desenvolver uma postura paralela à escola, estavam na instituição, mas não se inseriam completamente na vida escolar, não se sentiam motivados/as e atraídos/as pelas atividades que lá faziam. Isso já foi visto em outros estudos, o quanto a organização escolar, no que se refere aos currículos e práticas pedagógicas, muitas vezes, produz o silenciamento da cultura da qual os/as jovens fazem parte, negando a realidade que estes/as vivenciam, reproduzindo estigmas, estereótipos e padrões construídos pela sociedade, que não consideram as singularidades dos sujeitos.

Ainda, sobre essa questão, Krawczyk (2011) assevera que a evasão escolar, que se mantém nos últimos anos, após uma política de aumento significativo das matrículas no Ensino Médio, diz sobre uma crise de legitimidade da escola, que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem estudando. Para algumas classes sociais, cursar o ensino médio é algo “quase natural”, do curso da vida. E, muitas vezes, a motivação está bastante associada à possibilidade de recompensa por parte dos pais e pelo ingresso na universidade. Mas para os grupos sociais para os quais o Ensino Médio não faz parte do capital cultural, de sua experiência familiar, as motivações podem ser de outra ordem, a exemplo dos/as jovens do presente estudo, que consideram conseguir um emprego mais importante do que dar continuidade ao processo de escolarização.

Quando pensamos a questão do território e a relação com a escola, observamos também que para muitos/as jovens não é fácil frequentar esse espaço, uma vez que o educandário localiza-se distante de onde moram. Existe transporte público, mas este depende de um investimento financeiro que muitos/as não têm condições de arcar, de modo que alguns estudantes relataram que chegam atrasados/as nas aulas porque fazem uma longa caminhada até a escola.

Os/as jovens queixaram-se também da falta de lazer nas localidades que moram, referindo-se aos bares como o lugar para se encontrarem e se divertirem:

Caleb: Só tem bar, não tem espaço para lazer, não tem segurança.

Mediadora: Vão homens e mulheres?

Oto: Na verdade, mais os homens.

Mediadora: E as mulheres se encontram onde?

Oto: Acho que fica mais em casa as mulheres, por causa dessa violência contra as mulheres, ficam mais em casa.

Benjamin: Porque para os homens é mais fácil sair, agora uma mulher sair tem aquela situação, os bêbados ficam logo assediando, e uma mulher quando ela bebe, quando ela gosta de usar roupas curtas, tem gente que acha que é uma mulher fácil, que têm mulheres que foram estupradas e tem gente que falou: ela pediu, que tava com roupa curta, isso, aquilo, mas só que, independente disso, a culpa nunca é da vítima. (1ª oficina realizada na área urbana).

A falta de equipamentos e atividades de lazer é uma realidade das áreas periféricas das cidades e das rurais, como as quilombolas. Vários estudiosos/as se debruçaram em trabalhos com o intuito de entender o que seria o lazer (Alves, 2003; Gomes & Faria, 2005; Gomes & Pinto, 2009), considerado por alguns como uma dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais, no tempo/espaço conquistado pelos sujeitos. Gomes e Pinto (2009) ressaltam que não existem fronteiras absolutas entre o trabalho e o lazer, tampouco entre o lazer e as obrigações cotidianas. O lazer é um fenômeno dialógico, e mesmo que o sujeito esteja em busca de satisfação, maior flexibilidade e liberdade de escolha, nem sempre estará isento de obrigações sociais, familiares, profissionais. O lazer não é um fenômeno isolado e está relacionado aos

significados produzidos pelas pessoas e suas relações. Nesse sentido, por um lado, o lazer pode reforçar estereótipos e valores excludentes, consumistas e alienantes; por outro, reveste-se de possibilidades para colaborar para a constituição de uma nova sociedade – mais justa, humanizada, inclusiva, digna e comprometida com os princípios democráticos.

Vimos que algumas atividades de lazer podem reforçar desigualdades de gênero e classe. Conforme abordado, as mulheres não podem frequentar os bares, não podem beber, mas, por outro lado, o bar é considerado um espaço para práticas de sociabilidade e diversão. Outra questão é o que significa ser uma mulher jovem na periferia: não poder transitar em alguns lugares para evitar o risco de serem violentadas e para que não fiquem “malfaladas” – essas restrições são ainda maiores para mulheres solteiras que não trabalham, pois qualquer comportamento delas que não se enquadre das normas é motivo para que sejam alvo de comentários pejorativos que as desqualificam, conforme podemos observar no discurso a seguir:

Valentina: A gente vê muito, pelo menos eu vejo, as mulheres que trabalham, que pagam suas contas, têm uma maior liberdade de fazer o que quiser. Já as que não trabalham, mesmo que sejam solteiras, se faz qualquer coisa, vai a um bar, vai para as festas, o povo já começa a falar que não querem nada com a vida, que só querem viver assim, na vida boa, na farrá. Mas não pensam as dificuldades que as mulheres encontram para conseguir um emprego. E que assim como os homens podem se divertir, elas também podem, mas a sociedade é muito machista. (1ª oficina realizada na área urbana).

O que podemos ver é que o trabalho atribui às mulheres status de “mulher direita”. Mas se as mulheres não podem frequentar os poucos espaços que são destinados ao lazer no território que vivem, elas podem ter suas relações, suas práticas de sociabilidade comprometidas, o que produzirá implicações na qualidade de vida. Em uma pesquisa realizada por Fiorin, Oliveira e Dias (2014), foi visto que o trabalho contribuiu para a independência financeira e emocional das mulheres, além de possibilitar novos relacionamentos sociais; ademais, há quem acredite que o trabalho pode atrapalhar a

maternidade e que para a mulher ser feliz e “completa” precisa casar e ter filhos/as – pensamentos e discursos que refletem a cultura sexista e machista ainda vigente.

Essa questão nos lembrou também a relação entre o público e o privado e as relações de poder existentes em ambas as esferas. Como ressalta Biroli (2014, p. 38), as privações associadas à opressão de gênero podem ter sentidos muito distintos para as mulheres de acordo com a posição de classe. As privações materiais que incidem diretamente na organização da esfera doméstica, mas também na relação entre esfera doméstica, trabalho e pública na vida das mulheres pobres é diferente do que ocorre no espaço privado para as mulheres de outras classes sociais. E não só a questão de classe, mas também classe constituída por raça. Uma mulher pobre e negra no espaço público ou privado pode sofrer com os efeitos das relações de poder existentes em ambos, diferentemente de uma mulher branca e pobre e de mulheres de classe social mais favorecidas economicamente. Nesse sentido, é importante refletirmos sobre as relações de poder existentes nessas esferas.

Nessa relação público e privado, os/as jovens abordaram também a falta de segurança nas localidades em que moram e se referiram no quanto isso afeta a vida das crianças, das mulheres, dos/as negros/as e dos/as LGBTQIA +, como podemos ver no seguinte relato:

Valentina: Lá na Cohab 3, a falta de iluminação, na verdade lá existe uma praça, inclusive, às vezes que eu fui lá tinha várias crianças de bicicleta andando e tal. Mas até que horas aquelas crianças podem frequentar aquela praça? Porque, a partir de 5 horas da tarde, ali fica um deserto, ninguém pode passar, a mulher não sai de casa, principalmente essas classes que são considerados mais vulneráveis, mulheres, negros, LGBTs, eles se sentem regulados, sem sair e acabam perdendo tanto a oportunidade de lazer como outras oportunidades de educação. Eu já soube que várias pessoas abandonaram os estudos porque para trabalhar durante o dia até vai, mas para estudar durante a noite é muito perigoso, e outra que lá só tem Colégio Municipal de Ensino Fundamental; se for fazer ensino médio, tem de se deslocar para outro lugar. (1ª oficina realizada na área urbana).

Verificando esse discurso, podemos observar como as situações de precariedade dos territórios repercutem, sobretudo na vida de algumas pessoas, devido ao sexo, a raça e/ou a orientação sexual – aumentando as desigualdades sociais, pois, uma vez que estas não conseguem frequentar a escola, será mais difícil posteriormente ingressar no mercado de trabalho formal, relegando-as à informalidade, condição que não garante aos/as trabalhadores/as direitos trabalhistas e condições dignas de trabalho, sendo assim, os salários são irrisórios.

A fala da jovem Valentina, anteriormente transcrita, nos remete também ao que Almeida (2013) encontrou em sua pesquisa: que a circulação e mobilidade nas zonas urbanas e rurais aparecem entre as principais demandas dos grupos de jovens em vários países da América do Sul. A apropriação da cidade, de seus espaços e equipamentos constitui-se como um elemento fundamental da condição juvenil contemporânea. A circulação e o acesso aos bens produzidos pela cidade tornaram-se demandas e, por consequência, revelam a necessidade de políticas públicas. Os/as jovens querem e têm direito à cidade. A importância da circulação pelo espaço urbano se dá devido à experimentação e à ampliação das redes de relações e referências – e porque eles/as não querem ficar “confinados/as” nos bairros e comunidades onde moram, desejam usufruir dos equipamentos, dos espaços e das oportunidades de outros lugares.

Neste estudo, observamos que o direito à “cidade” ainda não é uma conquista de muitos/as jovens. Como podemos observar no relato de Valentina, muitos não têm conseguido dar continuidade ao processo de escolarização devido à dificuldade de acessar lugares onde há escolas que ofereçam o Ensino Médio. O direito à cidade é um importante meio para a efetivação de outros direitos sociais básicos, como saúde, cultura, mobilidade, educação e lazer, ou seja, é fundamental para os/as jovens.

Os processos de formação do indivíduo como sujeitos de direitos estão relacionados à vivência dos territórios com liberdade, segurança e garantia de acesso a serviços e equipamentos públicos. O Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013) aborda o direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação, segurança, entre outros. Não ter direito à cidade implica diretamente na saúde dos/as jovens, provocando adoecimentos diversos, entre eles os psíquicos.

Vários jovens relataram situações de falta de segurança nos territórios em que eles/as foram as vítimas e/oi presenciaram abordagens truculentas da polícia e homicídios de vizinhos:

Benjamin: 18h da noite levaram meu celular, na porta da igreja ainda mais, nem Deus ajudou, fui assaltado.

Analu: Essa semana já tiveram duas mortes de jovens, um morava lá perto da minha casa. Um foi morto porque devia e o outro sem dever foi atingido na hora da confusão. (1ª oficina realizada na área urbana).

Consoante o Atlas da Violência 2017 (Cerqueira *et al.*, 2017), considerando os anos 2006–2016, houve no país aumento de 23,3% nos casos de homicídios de jovens entre 15 e 29 anos, com destaque para a variação anual verificada em 2012 (9,6%) e 2016 (7,4%). No período, destoa sem igual comparativo o caso do Rio Grande do Norte, com elevação de 382,2% entre 2006 e 2016. Chamam a atenção, ainda, os estados que haviam apresentado redução no período de 2006–2016, mas voltaram a apresentar crescimento do número de homicídios de jovens, como Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná e Pernambuco. Quando se observa o perfil do jovem do sexo masculino, esses valores aumentam de forma significativa, haja vista os homens representarem 94,6% das vítimas jovens.

Os/as jovens falaram que a falta de segurança é um fator impeditivo para a realização de várias atividades, para saírem de casa em determinados horários, afirmando, inclusive, que não podem sair para fazer um curso à noite, realizar alguma atividade, encontrar os/as amigos/as. Relataram também que nos territórios em que moram muitas pessoas fazem uso de drogas ilícitas e que esse uso deve ocorrer devido à ociosidade, à falta de trabalho, de cursos profissionalizantes, de um lugar para praticar esportes, conforme podemos observar a seguir:

Benjamim: O problema é que não tem o que fazer, lá no [citou o nome da região] só tem bares, não tem quadras, não tem onde se encontrar. Tem horários que as pessoas já ficam com medo de sair de casa porque ficam lá um pessoal usando drogas. Falta trabalho,

falta cursos, um lugar que pudesse os jovens praticar esportes, se encontrar, não tem nada.

Oto: é... não tem nada para fazer e nem de casa a pessoa pode sair, dependendo do horário, com medo de ser assaltado ou acontecer alguma coisa. (1ª oficina realizada na área urbana).

A população das classes menos favorecidas economicamente sempre esteve segregada das dinâmicas espaciais da cidade, sendo-lhe destinados os espaços precarizados que dificultam ou impossibilitam o acesso a bens e serviços. As desigualdades sociais concretizam-se nas condições de vida dos lugares. A dinâmica da segregação influencia não só a organização do território, na medida em que impacta negativamente na vida das pessoas. Morar na periferia pode levar os indivíduos a se manterem no ciclo da pobreza, pois esta, gerada por fatores econômicos, pode ser superposta pelo modelo territorial. Mesmo sabendo o quanto as periferias são heterogêneas, no que se refere à questão de classe, raça, gênero, não se pode negar que são desprovidas de vários serviços, contribuindo para as desigualdades de diversas ordens.

Purgato (2015), na pesquisa com jovens pobres de Juiz de Fora, observou que o território diminuiu as oportunidades e as possibilidades de os/as jovens realizarem projetos de vida, darem continuidade ao processo de escolarização, terem uma profissão formal. Mas, apesar disso, alguns, em meio às dificuldades, têm apostado no trabalho, mesmo que na informalidade, para realizarem seus projetos, alguns desses/as referiram-se à conquista de bens materiais como comprar uma moto, um carro, entre outros.

Os “rolezinhos⁴” são uma das formas que os/as jovens pobres encontraram para mostrar que existem e que precisam ser vistos, que têm direito de estar em diversos espaços existentes na cidade. Por meio desse movimento de reivindicação, eles/as buscaram quebrar as barreiras de classe social. No entanto, os “rolezinhos” foram fortemente controlados pela polícia e expostos pela mídia como bagunça e vandalismo (Oliveira; Soares, & Batista, 2016). A intervenção da polícia, da mídia e das classes favorecidas da sociedade

⁴ Podem ser entendidos como encontros, sobretudo de jovens pobres e negros/as, em locais como praças, parques, shoppings. Esses encontros são marcados pelas redes sociais e têm como um de seus objetivos o acesso a alguns espaços dos quais os/as jovens negros/as são excluídos/as para visibilizarem as desigualdades de gênero, classe, raça e território que incidem sobre essa população.

revela para os/as jovens pobres que não existe lugar para eles/as nos espaços construídos para os/as jovens ricos; mas consideramos que, em uma ação dessas, o mérito dos/as jovens é ter incomodado o sistema, é ter visibilizado as desigualdades territoriais existentes na cidade que muitos insistem em mascarar.

Jovens quilombolas e território

Nas comunidades quilombolas, os/as jovens fizeram referência a várias questões de que os/as urbanos haviam falado, por exemplo, a falta de escolas que funcionem até o ensino médio, o que aumenta a dificuldade para darem continuidade ao processo de escolarização, já que precisam se deslocar para a cidade, mas não existe transporte público nas comunidades. Além disso, para que haja o deslocamento de ida e volta do quilombo para a escola, é preciso que o/a jovem disponha de tempo, porém alguns trabalham e fica difícil organizar os horários. Uma escola na própria comunidade auxiliaria esse público a continuar o processo de escolarização, na medida em que, conforme eles/as afirmaram, “Ajudaria muito não ter que ir até à cidade”.

Observamos que para muitos/as quilombolas existem poucas expectativas quanto à possibilidade de êxito no sistema educacional, de dar continuidade ao processo de escolarização e ingressar no ensino superior, de mudar de vida por meio dos estudos, segundo o relato a seguir:

Jani: A gente vê aí um monte de gente que terminou os estudos e nem por isso tá com um emprego por causa de estudo. [Nome da moradora] terminou a faculdade e tá desempregada, [nome de outra moradora] fez faculdade também, já tá fazendo outro curso e não conseguiu nada. (1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Na pesquisa que realizamos em 2013 (Silva, 2014), já havíamos observado questões de jovens que se referiam a outros/as da comunidade que estudaram, mas não conseguiram um emprego formal, ou seja, os poucos exemplos de pessoas próximas que conseguiram mudar de vida por via dos estudos também interferem nas percepções e motivações dos/as

jovens nesse âmbito. No estudo realizado por Cardoso (2011) com os/as jovens da comunidade quilombola Jamarý dos Pretos, no Maranhão, foi visto que o nível de escolaridade dos/as deles/as era baixo e a renda familiar inferior a um salário mínimo, o que interferia em outros setores de suas vidas, o nível de escolaridade baixo é um fator que dificulta se protegerem de ISTs e gravidezes não planejadas.

Em um levantamento bibliográfico realizado por Ferreira e Castilho (2014) sobre a temática educação quilombola, as autoras encontraram pesquisas que mostraram que a escola está muito aquém das necessidades das comunidades quilombolas em suas especificidades. É necessário mais diálogo visando ao vínculo afetivo, familiar, territorial, cultural e religioso, aspectos importantes para contribuir para a solidificação da identidade quilombola, no sentimento de pertença dos/as moradores/as desses territórios. Mostraram também que estes são portadores de uma sabedoria única, devendo ser considerados nos currículos formais ou nas atividades cotidianas, e que o Movimento Negro tem um papel fundamental na efetivação do reconhecimento desses saberes mediante a atuação política em favor de uma educação antirracista.

Essa é também uma das lutas e desafios da Escola de Castainho. Em conversa com a gestora, foi relatada a dificuldade da participação familiar nesse contexto, posto que, por mais que convidem as famílias, que busquem a participação do território, ainda é algo muito delicado. Muitos/as não consideram ser direito/responsabilidade ir à escola, integrar-se às atividades, lutar por uma educação melhor, por uma escola que atenda às necessidades da comunidade, que tenha Ensino Médio, mesmo quando alguns desses/as têm filhos e parentes que lá estudam ou precisam se deslocar até a cidade porque a escola local não atende às necessidades de todos/as. Outro problema é a dificuldade com o transporte, como podemos observar a seguir: “Akil: O ônibus que vem cheio, pra quem vai estudar na cidade é complicado, ontem veio um micro-ônibus, aí o ônibus grande já vai cheio, o micro-ônibus não deu pra levar todo mundo, eu não fui, não dava” (1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Isso posto, podemos observar o descaso com a população quilombola ao não dispor para ela algo essencial para que os/as estudantes consigam dar continuidade ao processo

de escolarização, ou seja, transporte, acontecendo o oposto, como relatou uma jovem: “O ônibus não vai, o motorista diz que quebrou, mas nem sempre é porque quebrou”, afirmando que ele tem preguiça de buscar os quilombolas.

O que os/as jovens estão entendendo como “preguiça” do motorista compreendemos e consideramos uma das facetas do racismo institucional, isto é, não há problema se essa população faltar à aula, se não conseguir concluir os estudos, pois os/as jovens negros e pobres são vistos como vidas que não importam, sendo subestimados, colocados em uma posição de menor valor, de subalternidade.

O racismo institucional é compreendido como a prática marcada por um tratamento diferenciado, desigual, que indica a falha do Estado em prover assistência igualitária para os diferentes grupos sociais, não se expressando somente em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação – pelo contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população, operando de forma seletiva em relação à diferença racial. Extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades (Brasil, 2010).

Na pesquisa realizada em 2013 (Silva, 2014), pudemos acompanhar mais de uma vez o trajeto que os/as jovens fazem da comunidade para a escola na cidade. Em uma das vezes, o ônibus quebrou e os/as estudantes precisaram ir à escola em um caminhão que carrega produtos que são comercializados nas feiras. Fomos com os/as jovens nesse caminhão e pudemos perceber o quanto chegar à cidade nesse tipo de transporte aumenta o preconceito que eles/as já sofrem por serem moradores/as da área rural e quilombolas. Problema agravado pela falta de segurança de um veículo inadequado para transportar pessoas.

Os/as jovens relataram também a falta de equipamentos para práticas de lazer e, assim como os/as urbanos/as, se referiram aos bares como o lugar existente para se divertirem, como podemos ver a seguir:

Amora: Só tem bar aqui, não tem nada para se divertir, agora bar é um em cada esquina, por isso é todo mundo nos bar por aqui, não tem o que fazer.

Jani: É a diversão do povo aqui é os bar, não tem uma quadra, outra coisa para os jovens ir, aí vão para os bar. (1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

O/as jovens asseguraram também que só existe uma Unidade de Saúde na comunidade, a qual conta com pequeno quantitativo de profissionais, o que, devido à grande demanda, dificulta o processo de cuidados. Sendo assim, muitas vezes, eles/as precisam ir à cidade realizar consultas e exames médicos, quando há transporte disponível. Ademais, quando chegam à cidade, às vezes não conseguem fazer os exames porque o funcionamento do serviço público é precário.

Kamili: Aqui, se você quiser ir no postinho, tem que ir lá pra baixo, acordar cedinho pra pegar ficha e, às vezes, não tem. E o médico lá é assim: você mal começa a falar ele já vai entregando uma receita [riso geral].

Aisha: Ele nem olha pra sua cara, né? Pergunta o que é que você tem, já anotando... [riso geral], a pessoa nem abre a boca pra dizer o que tem e ele já tá anotando

Mara: E só passa exame de sangue [riso geral]. (1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Importante abordarmos o quão presente está o racismo institucional nas práticas profissionais e nos serviços. Outro fato que nos chamou a atenção, e que ocorreu em vários momentos em que os/as jovens relatavam os problemas vivenciados, foi o riso frequente, levando-nos a pensar o que esses risos poderiam significar. Silva (2008) em suas considerações ressalta que a sociedade se vinda por meio do riso das liberdades que se tomaram com ela. Para esse caráter punitivo do riso, há duas condições precípuas: insociabilidade e insensibilidade. O maior inimigo do riso é a emoção; destarte, para que haja riso, é mister que se anestesie o coração para que a indiferença prevaleça sobre os sentimentos. Assim, é possível rir de qualquer desvio de norma, defeito ou vício, sejam eles

graves, sejam leves. Portanto, os atos de rir e pensar andam juntos, complementam-se fazendo do sério seu duplo, sua sombra.

Ao pensar a diferença pelo sério, chega-se ao ponto racional do problema, mas ao pensar a diferença pelo cômico transcende-se esse ponto.

O riso é ambivalente e ao mesmo tempo conservador e subversivo. Conservador quando defende a norma e a regra, ridicularizando tudo que contraria a visão de mundo do padrão vigente; subversivo quando critica padrões ultrapassados, não condizentes com as necessidades do momento (Silva, 2008).

Pensamos que para os/as jovens quilombolas o riso é uma das formas encontradas para lidar com as situações difíceis que vivenciam no dia a dia – o que não significa que eles/as não estejam cientes das desigualdades que o território quilombola vivencia, dos direitos que têm e que nem sempre são garantidos –, uma forma de tornar mais leve as dificuldades vivenciadas.

Algo que também nos chamou atenção foi quando os/as jovens quilombolas fizeram referência à falta de segurança. As comunidades sempre foram estigmatizadas pelos/as moradores/as da cidade como um lugar de gente “perigosa” e com vários outros atributos pejorativos, mas os/as moradores, nas pesquisas que realizamos em 2010 e em 2013, não se queixavam da falta de segurança; no entanto em 2017 foi recorrente nos discursos falarem que a comunidade não está a mesma, que estão acontecendo roubos e assaltos regularmente, sendo as pessoas abordadas nas estradas e algumas casas e bares também já foram assaltados.

Amara: Castainho já foi bom, agora não presta mais. Castainho já foi lugar de se morar, agora a pessoa não pode nem sair de noite que é arriscado ser morta, apanhar dos bebo e dos maconheiros. Às 5h da tarde, eu fui assaltada [risos], eu fui assaltada em plena luz do dia, subiram de moto, eu vinha subindo com uma trouxa de roupa, aí eles passaram, depois voltaram e anunciaram o assalto, aí levaram o celular da menina que tava comigo, porque o meu tava dentro da bolsa de roupa [risos], mas pense na agonia, viu? (1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Essa é uma realidade que chama atenção, as áreas rurais, tempos atrás, não eram alvo de práticas de violência, de assaltos, como sempre ocorreu nas áreas urbanas, o que nos leva a pensar o porquê de isso atualmente acontecer. Os/as jovens falaram também sobre o uso de drogas ilícitas por pessoas da comunidade e de pessoas da cidade que vão usar no quilombo, fazendo referência aos/às moradores/as da Cohab II e do conjunto Manoel Camelo, que são os bairros urbanos mais próximos das comunidades, o que consideram ser um fator que aumenta a violência nas comunidades:

Kamili: Tá chegando um monte de maloqueiro da rua, de madrugada você vê as motos tudo por aí acelerando, fica até com medo pensando que é assalto, bandido... é verdade.

Amina: [Risos] E também poderia ter aqui, como aqui é um sítio, poderia ter mais segurança, porque a pessoa liga pra polícia, mas daqui que eles chegue aqui. (1ª oficina realizada na comunidade quilombola).

Mais uma vez podemos observar nesses discursos o quanto a população quilombola é desassistida, sofrendo com a falta de segurança, de espaços de lazer, de qualidade no atendimento à saúde, de escolas que ofereçam o Ensino médio, de transporte – problemas que foram os mais referidos no território que afeta diretamente a vida dos/as jovens.

Durante o período que estávamos realizando as oficinas, soubemos de um curso gratuito que iria ser ofertado pela prefeitura de Garanhuns destinado aos/às jovens estudantes de escolas públicas. Comentamos sobre a existência desse curso com os/as jovens de ambos os territórios e alguns mostraram interesse. Dias depois, soubemos que só uma das jovens da comunidade estava conseguindo realizar o curso, pois este acaba no fim da tarde, aos sábados. Alguns, por trabalharem nas feiras nos fins de semana, não puderam participar, outros/as não participaram devido à falta de transporte. Essa jovem tinha um suporte na cidade, seus pais são separados e o pai mora na cidade, o que a ajudou, pois ela ficava na casa dele quando saía do curso e só retornava para a comunidade no outro dia com o pessoal da feira, ou na segunda, no ônibus dos estudantes.

Estamos trazendo esse acontecimento para exemplificar o que queremos dizer sobre contextos de carências semelhantes, mas que produzem efeitos diferentes. Não queremos dizer se são maiores ou menores em termos quantitativos, porque compreendemos que isso é algo muito singular nas experiências vivenciadas; o que queremos discutir é a sutileza como os marcadores de raça, classe, gênero e território de modo interseccional produzem as desigualdades que incidem na vida dos/as jovens.

Considerações finais

Observamos que várias das queixas e das dificuldades enfrentadas pelos/as jovens são comuns em ambos os territórios, mas vale ressaltar que o efeito que o contexto de carências múltiplas produz nesses/as jovens pode ser diferente. Kliksberg (2006) observou em seus estudos que os/as jovens que moram em áreas rurais começam a trabalhar antes dos/as urbanos/as, o que influencia suas possibilidades educacionais, os níveis de evasão e repetência escolar. Quando eles/as chegam à cidade em busca de trabalho, muitas vezes, a inserção é difícil devido à escassa bagagem educacional e porque suas experiências são diferentes das competências exigidas no mercado de trabalho urbano. Em alguns casos, os/as jovens rurais conseguem renda trabalhando na agricultura com a família – apesar das dificuldades vivenciadas –, o que nem sempre os/as jovens pobres urbanos/as conseguem, pois, para eles/as, a inserção no mercado de trabalho formal também é difícil.

Quando Kliksberg (2006) apresenta essas questões sobre os/as jovens pobres rurais, é importante verificarmos se são homens ou mulheres, se casados/as ou solteiros/as, se têm filhos/as, se são negros/as, se estudam, ou seja, várias situações que fazem diferença na forma de vivenciar as juventudes.

Alguns jovens com os/as quais tivemos contato na periferia, no momento da pesquisa, estavam estudando, cursando o Ensino Médio; outros/as já haviam concluído, mas não conseguiram ingressar na Universidade. Desses/as, nem todos/as tinham interesse de fazer um curso superior, afirmando que preferiam conseguir um emprego. Esses/as mesmos/as que concluíram o Ensino Médio se queixaram da ociosidade, dos quais, como

pudemos perceber, a maioria são homens, pois entre as mulheres foi comum relatarem que ajudam nas tarefas de casa e nos cuidados com os irmãos.

Havia os/as quilombolas que tinham filhos/as, os/as casados/as, os que fenotipicamente são negros/as e que nos relataram situações de preconceito e discriminação racial. Muitos/as se queixavam da falta de emprego. Daqueles/as com quem tivemos contato e que informaram desempenhar alguma atividade trabalhista, a maioria era na informalidade e ajudando pessoas conhecidas.

Nas regiões periféricas que estudamos, observamos que a organização comunitária para a luta por melhorias está bem fragilizada, revelando a importância da pressão coletiva para a existência de bens públicos nos territórios, o que nos leva a pensar na necessidade de uma organização política dos/as jovens e adultos para lutarem por esses bens.

O território é a unidade que proporciona os laços de proximidade entre as pessoas e grupos sociais. A Psicologia Comunitária ressalta a importância dos laços de afeto e solidariedade para o fortalecimento dos sujeitos e para que estes tenham auxílio na realização de seus projetos de vida, mas tanto no quilombo quanto na periferia percebemos, pelos discursos dos/as jovens, queixas em relação à precariedade dos serviços de saúde e educação; às atividades de lazer, que são escassas; à falta de segurança; fazendo com que as pessoas tenham medo de sair de casa em alguns horários, entre outras questões.

Diante de todas essas dificuldades, observamos que a arte tem sido uma das formas que os/as jovens quilombolas têm encontrado para resistirem, por meio dos grupos de dança, de percussão, da preservação da cultura, da afirmação da negritude e da identidade étnica. Os/as jovens urbanos/as e os/as quilombolas falaram sobre os estudos e o desejo de conseguir um trabalho como meios que possibilitarão mudar a realidade difícil que vivenciam, para que consigam realizar seus projetos de vida.

Referências

Almeida, R. S. de. (2013). Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, (56), 151–172. Recuperado em 8 março, 2020, de

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742013000100007&script=sci_abstract&lng=pt.

- Alves, V. de F. N. (2003). Uma leitura antropológica sobre a educação física e o lazer. In C. L. G. Werneck & H. F. Isayama (Orgs.). *Lazer, recreação e educação física* (pp. 83–114). Belo Horizonte: Autêntica. Recuperado em 8 março, 2020, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000027&pid=S0104-4060200500020001400001&lng=pt.
- Biroli, F. (2014). O público e o privado. In L. F. Miguel & F. Biroli. *Feminismo e política* (pp. 31–46). São Paulo: Boitempo.
- Brandão, A. A., & Jorge, A. L. (2016). Estado e comunidades quilombolas no pós-1988. *Sociedade em Debate*, 22(1), 71–103. Recuperado em 8 março, 2020, de <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1320>.
- Brasil. (2010). Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Cardoso, R. L. S. (2011). *Vulnerabilidade às DSTs/AIDS em uma comunidade quilombola do município de Turiaçu-MA*. Dissertação de mestrado em Saúde e ambiente, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão. Recuperado em 8 março, 2020, de <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/1080/1/dissertacao%20Raimundo.pdf>.
- Cerqueira, D. Lima, R. S. de, Bueno S., Valencia, L. I., Hanashiro, O., Machado, P. H. G., & Lima, A. dos S. (2017). *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro: Ipea, FBSP. Recuperado em 8 março, 2020, de https://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estudos feministas*, 10(172), 171–188. Recuperado em 8 março, 2020, de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>.
- Collins, P. H. (2015). Intersectionality's Definitional Dilemmas. *Annual Review of Sociology*, 41, 1–20. Recuperado em 8 março, 2020, de <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-soc-073014-112142>.

- Collins, P. H., & Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade* (R. Souza, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Ferreira, J. L., Neto. (2011). *Psicologia, políticas públicas e o SUS*. Belo Horizonte: Fapemig.
- Ferreira, A. E., & Castilho, S. D. de. (2014). Reflexões sobre a educação escolar quilombola. *Revista de Pesquisa em Políticas públicas*, 3. Recuperado em 8 março, 2020, de <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/14561>.
- Fiorin, P. C., Oliveira, C. T. de, & Dias, A. C. G. (2014). Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. *Rev. Bras. Orientac. Prof.*, 15(1), 25–35. Recuperado em 10 fevereiro, 2020 de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v15n1/05.pdf>.
- Gomes, A. M. R., & Faria, E. L. (2005). *Lazer e diversidade cultural*. Brasília: Sesi/DN.
- Gomes, C., & Pinto, L. (2009). O lazer no Brasil: analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. In C. Gomes, E. Osorio, L. Pinto, R. Elizalde (Orgs.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica* (pp. 67–122). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Guattari, F. (1988). Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaços & debates*, 1(16), 109–112. Recuperado em 20 fevereiro, 2020, de <https://pt.scribd.com/doc/252224984/Espaco-e-Poder-A-Criacao-de-Territorios-Na-Cidade-Guattari>.
- Haesbaert, R., & Limonad, E. (2007). O território em tempos de globalização. *Espaço, Tempo e Crítica*, 1(2), 39–52. Recuperado em 15 janeiro, 2020, de <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/territorio%20globaliza%C3%A7ao.pdf>.
- Kliksberg, B. (2006). O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. *RAP*, 40(5), 909–42. Recuperado em 15 janeiro, 2020, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000500008.
- Krawczyk, N. (2011). Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. *Cadernos de Pesquisa*, 41(144), 752–769. Recuperado em 15 janeiro, 2020, de <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a06.pdf>.
- Leão, G. M. P. (2006). Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. *Educação e Pesquisa*, 32(1), 31–48. Recuperado em 15 janeiro, 2020, de <http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n1/a03v32n1.pdf>.

- Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013 (2013). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Brasília, DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm.
- Novaes, R. (2008). Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias: um debate em curso. In M. V. Freita & F. de C. Papa (Orgs.). Políticas públicas: juventude em pauta (2a ed., pp. 121-141). São Paulo: Cortez.
- Oliveira, E. de, Soares, C. B., & Batista, L. L. (2016). Representações cotidianas de jovens sobre a periferia. *Rev. Bras. Enferm.* 69(6), 1147-1153. Recuperado em 15 janeiro, 2020, de <http://www.scielo.br/pdf/reben/v69n6/0034-7167-reben-69-06-1147.pdf>.
- Purgato, P. de O. (2015). Jovens pobres da periferia urbana e projetos de vida em tempos de crise: um estudo no condomínio Parque das Águas. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais.
- Rosa, T. T. (2009). Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. 33º Encontro Anual da Anpocs. GT 01: A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto. Recuperado em 15 janeiro, 2020, de <https://docplayer.com.br/25041785-Favelas-periferias-uma-reflexao-sobre-conceitos-e-dicotomias.html>.
- Silva, F. M. da. (2008). As várias faces do riso. *Rev. Travessias*. Recuperado em 30 setembro, 2018, de saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3594/2851.
- Silva, R. A. da. (2014). Os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE: uma perspectiva interseccional. Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco. Recuperado em 17 agosto, 2021, de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10344>.
- Silva, B. Z. da, Silva, L. S., Sicari, A. A., & Pereira, E. R. (2014). Juventude e movimentos na/da cidade: experienciando a promoção de saúde. *Revista Psicologia e Saúde*, 6(2), 20-27. Recuperado em 30 setembro, 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000200004.
- Viñas, D., Duran, P., & Carvalho, J. (2020). Morrem 40% mais negros que brancos por coronavírus no Brasil. Recuperado em 12 julho, 2021, de

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>.

Recebido em: 10/3/2020

Aprovado em: 13/9/2021